

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO-INDSH
UNACON DO HOSPITAL REGIONAL DE TUCURUI (CNPJ 23.453.830/0013-03)

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 2019 em reais (R\$)			
	NOTA	2020	2019
ATIVO			
CIRCULANTE		6.676	6.256.729
Caixas e equival. de caixa	3 e 4	6.676	4.749.263
Contas a receber	3	-	1.244.502
Estoques	3	-	243.133
Adiantamento a funcionários	3	-	196
Outros créditos	3	-	15.642
Despesas antecipadas	3	-	3.993
NÃO CIRCULANTE			3.940.696
Partes relacionadas	3	-	1.366.352
Imobilizado - próprio	3	-	13.496
Intangível - próprio	3	-	71.377
Imobilizado - gestão pública	3	-	2.405.333
Intangível - gestão pública	3	-	84.138
TOTAL ATIVO		6.676	10.197.425
PASSIVO			
CIRCULANTE		6.676	858.786
Fornecedores	3	-	443.060
Obrigações Trabalhistas	3	-	279.917
Obrigações Sociais	3	-	67.575
Obrigações fiscais	3	-	10.780
Outras contas a pagar	3	-	411
Obrig. por final. de contrato	3	6.676	-
Partes relacionadas	3	-	57.043
NÃO CIRCULANTE			3.212.417
Receitas diferidas	3	-	3.212.417
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3 e 5	6.126.222	
Patrimônio Social		2.503.153	
Superávit Acumulado		-	3.623.069
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		6.676	10.197.425

Demonstração dos Fluxos de Caixa do período de 01 de janeiro a 30 de junho de 2020 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 em reais (R\$)

	2020	2019
Fluxos de caixa das ativ. operacionais		
Superávit do período / exercício	1.326.366	3.623.069
Ajustes para conciliar o resultado		
Depreciação/amortizações	177.721	287.617
Superávit ajustado	1.504.087	3.910.686
Variáveis não circulante das contas de ativo e passivo	(6.152.885)	(704.366)
Redução/(Aum.) de outros créditos	1.797.620	(313.121)
Redução/(Aumento) de estoques	243.133	(189.961)
Redução das despesas antecipadas	3.993	137
(Redução)/Aum. de fornecedores	(443.060)	75.913
(Redução) de obrig. trabalhistas	(279.917)	(30.805)
(Redução) de obrigações sociais	(67.575)	(8.774)
(Redução)/Aum. de obrig. tributárias	(10.780)	1.417
(Redução)/Aum. de outras obrigações	(411)	411
Liquidação de obrigações com		
finalização de contrato	(7.408.324)	-
(Redução) de obrigações - não circulante	-	(239.781)
Ajustes patrimoniais	12.436	198
Caixa líquido (utilizado)/proveniente das atividades operacionais	(4.648.798)	3.206.320
Atividades de investimentos	(36.746)	(2.175.902)
Aquisição de imobilizado	(36.746)	-
Baixa de imobilizado	-	(2.080.550)
Baixa de bens do intangível	-	(95.353)
Atividades de financiamentos	(57.043)	(4.633)
Transações com partes relacionadas	(57.043)	(4.633)
(Red.)/Aum. no CX e eq. de CX	(4.742.587)	1.025.785

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 30 DE JUNHO DE 2020 E DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 EM REAIS (R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: a) **Objetivos Sociais:** A Unidade de Assistência de Alta Oncologia (UNACON) do Hospital Regional do Tucuruí foi inaugurada oficialmente pelo Governo do Estado do Pará em 29 de julho de 2016, com o objetivo de disponibilizar exames e ações de apoio diagnóstico e terapêutico aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) para o tratamento de pacientes portadores de câncer. O serviço de Quimioterapia possui 13 (treze) poltronas e 2 (dois) leitos de retaguarda, além de oferecer serviços ambulatoriais especializados em oncologia: consultas oncológicas, radioterapia, baquiterapia, análises clínicas, ultrassonografia, endoscopia e colonoscopia. Todo atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita. A UNACON está situada à Avenida Amazonidas, S/N - Vila Permanente, na cidade de Tucuruí, Estado do Pará - PA b) **Contrato de Gestão:** A UNACON do Hospital Regional do Tucuruí é administrada pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde 10 de março de 2016, por meio de contrato de gestão nº 003/SESPA/2016, que esteve vigente até 10 de junho de 2020. Em 2020, a unidade não foi requerida, pelo Ente Público, a prestar serviço de urgência para atendimento à COVID-19, não havendo complemento do atual contrato de gestão, porém arcou com custos mais altos para aquisição de materiais e medicamentos, dada a condição de maior necessidade Hospitalar no País. O contrato de gestão não foi renovado para o restante do exercício de 2020, sendo encerrado em 30 de junho de 2020 e cumprindo à Administração a transferência de ativos operacionais, staff e demais

Demonstração Dossuperávits do período de janeiro a junho de 2020 e do exercício findo em 31/12/2019 em reais (R\$)

	NOTA	01/01 a 30/06/2020	2019
RECEITAS OPERACIONAIS		6.231.074	11.887.004
Serviços prestados pacientes SUS		6.231.074	11.887.004
CUSTOS		(4.166.027)	(7.097.870)
Serviços de terceiros		(2.040.677)	(2.101.605)
Pessoal e encargos		(1.578.400)	(4.202.485)
Materiais e medicamentos		(546.950)	(793.780)
DESPESAS		(823.333)	(1.378.530)
Pessoal e encargos		(394.600)	(525.401)
Despesas gerais e administrativas	6	(398.365)	(800.275)
Depreciação/amortização		(177.721)	(287.617)
Impostos, taxas e contribuições		(4.034)	(5.454)
Outras receitas e despesas operacionais		151.387	240.217
FINANCEIRAS LÍQUIDAS		84.652	212.465
Receitas financeiras		90.826	226.183
Despesas financeiras		(6.174)	(13.718)
SUPERÁVIT DO PERÍODO / EXERCÍCIO		1.326.366	3.623.069
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos exercícios findos em 31/12/2020 e 2019 em reais (R\$)			
Descrição	Patrimônio Social	Superávit	Total
Em 31/12/2018	1.846.345	656.610	2.502.955
Incorp. ao Patrimônio Social	656.610	(656.610)	-
Ajustes patrimoniais	198	-	198
Superávit do exercício	-	3.623.069	3.623.069
Em 31/12/2019	2.503.153	3.623.069	6.126.222
Incorp. ao Patrim. Social	3.623.069	(3.623.069)	-
Encerram. de ativ. (Nota 3)	(7.408.324)	-	(7.408.324)
Transferências (Nota 5)	(56.700)	-	(56.700)
Ajustes patrimoniais	12.436	-	12.436
Superávit do período	-	1.326.366	1.326.366
Em 31/12/2020	(1.326.366)	1.326.366	-

..... obrigações diretas à nova gestora da unidade, restando, ao final do exercício, saldo a devolver para SESP de R\$ 6.676, conforme nota explicativa 3. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Âmbito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967

A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja renovação para o triênio de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023 foi protocolada em 07/10/2020, junto ao Ministério da Saúde e aguarda manifestação do Ministério da Educação e Ministério da Cidadania. A Entidade tem a manutenção de sua certificação até a publicação da decisão pelo Ente Público, conforme previsto no artigo 24 da lei 12.101/2009.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: 2.1. **Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revista em 21 de agosto de 2015, bem como a Lei 12.101/2009 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. As demonstrações contábeis foram aprovadas, pela Administração, em 12 de março de 2021. 2.2. **Base de mensuração e apresentação:** As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. 2.3. **Moeda funcional e de apresentação:** Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. 2.4. **Principais práticas contábeis:** a) **Caixa e equivalente de caixa:** São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. b) **Estoques:** São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. c) **Ativo imobilizado:** Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. d) **Ativo intangível:** Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, refletem os custos com direitos de uso de software. e) **Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. f) **Julgamentos e estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza

za relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. **Provisões para riscos judiciais:** A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. **Ajuste para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa:** E constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis. g) **Auração do Superávit/Deficit:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. h) **Reconhecimento de receitas:** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. i) **Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. j) **Ajuste ao valor presente de ativos e passivos:** Nas demonstrações contábeis de 2020 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. l) **Patrimônio líquido:** Composto pelo superávit/deficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. m) **Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. 3. **ENCERRAMENTO DE ATIVIDADES DE GESTÃO:** Em junho de 2020, a Secretaria Estadual de Saúde do Pará optou por descontinuar o contrato de gestão com o INDSH, encerrando as atividades administrativas em 30 de junho de 2020. Com o encerramento da atividade de gestão, o INDSH efetuou a baixa, por devolução, de ativos e passivos oriundos de cessão de ativos, estoques e estrutura fornecidos pelo Ente Público. Os efeitos dessas baixas estão demonstrados abaixo:

Continua...